Companhia de Saneamento Municipal -CESAMA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A COMPANHIA DE SANEAMENTO MUNICIPAL – CESAMA é uma empresa pública Municipal de Juiz de Fora, criada pela Lei n° 7.762/90. Tem como objeto social o estudo, elaboração de projetos e execução de obras relativas à construção, ampliação e remodelação dos sistemas de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, fixar e arrecadar as tarifas decorrentes dos serviços de água e esgoto, taxas e contribuições de melhorias instituídas por Lei, exploração de serviços de água potável e esgoto sanitário. Sendo o valor das Tarifas regulados pela ARSAE – Agencia Regulatora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais.

2. Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas conforme pronunciamento técnico CPC PME (R1).

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Eventos Subsequentes

A Companhia de Saneamento Municipal - CESAMA avaliou os eventos subsequentes até 23 de março de 2015, que é a data da aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria da empresa.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos proporcionais até a data do Balanço, não ultrapassando o valor de mercado. Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas, e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado. Os instrumentos financeiros da Companhia encontram-se registrados em contas patrimoniais. A administração desses instrumentos é efetuada através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Contas a receber

Refere-se às contas de créditos com os usuários pelo fornecimento de água e pelos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e demais serviços correlatos. Incluem, também, créditos por fornecimentos prestados e não faturados até a data do balanço para atendimento ao princípio de reconhecimento de receita.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, deduzidas de provisão para perda do valor recuperável. Uma provisão para perda do valor recuperável das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores recebíveis de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 180 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber podem não ser recuperáveis.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa:

É constituída com base aproximada das contas a receber vencido a mais de 180 dias. Contas a receber de valores até R$5 mil são consideradas perdas assim que atingem 180 dias de atraso, sendo diretamente baixadas contra o resultado na rubrica "Provisões" sendo o saldo de 2014 de R$ 8.160.

d) Estoques de materiais

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto, bem como aqueles destinados a projetos, estão demonstrados ao custo médio de aquisição, e estão classificados no ativo circulante.

e) Créditos tributários

Os créditos tributários são calculados considerando as conseqüências fiscais atuais e futuras, incluindo o reconhecimento de ativo e passivo fiscal diferidos, decorrentes de provisão não dedutível e, também de diferença temporária tributável no futuro, de acordo com a determinação das práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos do valor de depreciação. Relativamente as depreciações e amortização são calculadas de acordo com o método levando em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens e às taxas de depreciação referidas na nota 10.

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo exceto outros valores e bens e créditos tributários for

maior que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não existem indícios de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

g) Intangível

O intangível é registrado ao custo histórico de formação, sendo amortizado linearmente levando em consideração o tempo de vida útil e as taxas de amortização demonstradas na nota 11.

h) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos das transações incorridas. Os empréstimos são subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado.

O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para o mesmo título de dívida caso este não fosse conversível, obtida junto à instituição financeira que o concedeu. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que esta obrigação seja extinta na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social. O valor contábil da opção de conversão não é reavaliado em exercícios subsequentes.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

i) Salários e encargos sociais

Os salários, provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares, quando negociados em acordos coletivos de trabalho, com os encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

j) Provisão para contingências

São constituídas provisões para fazer face às contingências e obrigações legais potenciais, sendo as mesmas calculadas, tendo por base a correspondente probabilidade de perda baseada na opinião de seus assessores jurídicos. A Companhia constitui provisão para contingências, nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho desfavorável de processos trabalhistas, tributários, cíveis e ambientais, os quais estão em andamento.

k) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda, registrado no resultado, é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) ás alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente – 15% acrescido de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$ 240 mil anuais. A partir de maio de 2010 a Companhia obteve liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do imposto de renda. Neste sentido, a CESAMA não realizou o recolhimento do imposto de renda devido a partir daquele mês, entretanto o valor correspondente ao IRPJ está sendo lançado em Reserva de Incentivos Fiscais.

A contribuição social, registrada no resultado, é calculada com base nos resultados tributáveis antes do imposto de renda, através da aplicação da alíquota de 9%.

l) Juros sobre capital próprio

Os juros a pagar a acionistas calculados nos termos da Lei nº 9.249/95 foram registrados no resultado do exercício, na rubrica despesas financeiras, conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

m) Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, quando aplicável, de acordo com o julgamento da Administração da Companhia. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisão para créditos de cobrança duvidosa e provisão para outros riscos e encargos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes aos processos de elaboração e revisão dessas estimativas. A Companhia revisa as suas estimativas, no mínimo, anualmente.
A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subseqüentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa; e
- Provisão para contingências.

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão demonstradas como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Fundo Fixo	1	-
Banco	570	2.808
Aplicações financeiras	8.787	6.851
	9.358	**9.659**

As aplicações financeiras estão representados por Certificados de Depósito Bancário, emitidos por bancos de 1ª linha, possuem rentabilidade indexada à taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, tendo liquidez diária. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado.

5. Créditos e contas a receber de usuários

	31/12/2014	31/12/2013
Valores a receber de usuários	17.892	17.637
Valores a receber partes relacionadas	2.309	2.007
Usuarios não identificados (1)	(311)	(334)
Total Contas a Receber	**19.890**	**19.310**
Outros recebimentos	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.160)	(8.160)
	(8.160)	(8.160)
	11.730	**11.150**

(1) A conta "usuários não identificados" representa valores recebidos no banco ainda não baixado no sistema da Companhia

Os valores a receber de clientes têm a seguinte composição por vencimento:

	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	1.845	3.185
Vencidos até 30 dias	5.851	4.465
Vencidos de 31 a 60 dias	1.277	1.112
Vencidos de 61 a 90 dias	420	307
Vencidos de 91 a 120 dias	232	184
Vencidos de 121 a 150 dias	156	127
Vencidos de 151 a 180 dias	114	97
Vencidos acima de 180 dias	7.997	8.160
	17.892	**17.637**

5.1. Contas a receber de partes relacionadas

Os valores relativos a **contas a receber** com partes relacionadas estão assim demonstrados:

Nome	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora (2)	2.309	2.007
Total	**2.309**	**2.007**

(2) Ao final do período a companhia realiza o encontro de contas vinculados a seus controladores, o encontro de contas e o confronto entre os créditos a receber da companhia com os dividendos e os juros sobre capital.

6. Estoque de materiais

O estoque da Companhia é composto de material de consumo e insumo, a saber:

Nome	**31/12/2014**	**31/12/2013**
Material Escritório	141	143
Material de Limpeza e Conservação	17	9
Equipamento de Segurança	37	48
Peças e Acessórios para veículos	74	83
Produtos Químicos	272	241
Ferramentas	19	22
Material Utilizado na manutenção (a)	2.666	2.617
Uniformes	117	163
Materiais para consumo	13	18
Total	**3.355**	**3.345**

(a) Os estoques de material utilizado na manutenção referem-se basicamente materiais hidráulicos, elétricos e material de obra utilização na manutenção dos sistema de água e esgoto pela Companhia.

7. Outros valores realizáveis (não circulante)

A Conta outros valores realizáveis de longo prazo em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2014	31/12/2013
Convênio a Receber	82	82
Prefeitura de Juiz de Fora	80	80
Retenções Processo Trabalhista	330	330
	492	492

8. Impostos a recuperar

8.1.Circulante

Os impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/12/2014	**31/12/2013**
IRRF s/ aplicações	879	734
Pasep	21	22
Cofins	99	101
Antecipação de imposto de renda	388	340
Antecipação de contribuição social	359	263
Impostos e Contribuições s/conta água/esgoto	1	1
Total	**1.747**	**1.461**

9. Impostos diferidos

A Conta créditos tributários é composta da contas do Imposto de Renda Diferido e da Contribuição Social Diferida que em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de Renda Diferido (a)	1.016	1.016
Contribuição Social Diferida	366	366
Total	1.382	1.382

a) Os créditos referentes ao imposto de renda diferido são provenientes das Provisões de Crédito de Liquidez Duvidosa.

10. Imobilizado

		31/12/2014			**31/12/2013**
	Taxas anuais de depreciação %	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Total Líquido**	**Total Líquido**
Terrenos		1.682	-	1.682	1.682
Edificações	4	12.449	(10.086)	2.363	2.814
Concessões de Uso		1.985	-	1.985	1.985
Valor Justo de Edificações	1,43	19.058	(1.647)	17.411	17.686
Veículos	20	3.516	(3.209)	307	436
Máquinas equipamentos	10	9.325	(7.063)	2.262	2.547
Ferramentas	20	124	(117)	7	31
Móveis e Utensílios	10	542	(337)	205	232
Direito de Uso		674	-	674	489
Sistema de Água	4	113.278	(62.756)	50.522	43.640
Sistema de Esgoto	4	79.678	(26.434)	53.244	44.729
Inversões Fixas		25	-	25	25
Obras em Execusão		80.690	-	80.690	63.045
Benfeitorias em Terceiros	10	665	(494)	171	199
Depreciação Acumulada Lei 8.200		-	(47)	(47)	(47)
Total		**323.691**	**(112.190)**	**211.501**	**179.493**

A depreciação do exercício apropriada ao resultado, foi de R$ 6.956. (R$ 6.598 em 2013) como custo na atividade e despesas gerais .

10.1. Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Depreciação a.a	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2013
Custo					
Terrenos		1.682	-	-	1.682
Edificações	4%	12.449	-	-	12.449
Concessões de Uso		1.985	-	-	1.985
Valor Justo de Edificações	1,43%	19.058	-	-	19.058
Veículos	20%	3.516	112	-	3.404
Máquinas equipamentos	10%	9.325	142	(36)	9.219
Ferramentas	20%	124	-	-	124
Móveis e Utensílios	10%	542	7	(12)	547
Direito de Uso		674	185	-	489
Sistema de Água	4%	113.278	9.844	-	103.434
Sistema de Esgoto	4%	79.678	11.034	-	68.644
Obras em Execusão		80.690	17.644	-	63.046
Benfeitorias em Terceiros	10%	665	-	-	665
Inversões Fixas		25	-	-	25
Total Custo		**323.691**	**38.968**	**(48)**	**284.771**
Depreciação Acumulada					
Edificações		(10.086)	(451)		(9.635)
Valor Justo Edificações		(1.646)	(274)		(1.372)
Veículos		(3.209)	(241)	-	(2.968)
Máquinas equipamentos		(7.063)	(424)	33	(6.672)
Ferramentas		(117)	(24)		(93)
Móveis e Utensílios		(337)	(32)	10	(315)
Sistema de Água		(62.757)	(2.963)		(59.794)
Sistema de Esgoto		(26.434)	(2.519)	-	(23.915)
Benfeitorias em Terceiros		(494)	(28)		(466)
Depreciação Acumulada Lei 8.200		(47)	-	-	(47)
Total da Depreciação		**(112.190)**	**(6.956)**	**43**	**(105.277)**
Total Líquido		**211.501**	**32.012**	**(5)**	**179.493**

(a) Obras em Execução destinadas ao aumento da capacidade de produção para atender à demanda dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

As baixas tanto do exercício de 2013, quanto do exercício de 2014, referem-se ao sucateamento natural dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por leilões.

11.Intangível

11.1. Composição dos saldos

Em 31 de dezembro, o intangível estava demonstrado como segue:

Descrição	Taxa de Amortização a.a.	31/12/2014	31/12/2013
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4%	1.065	1.065
Total custo		**1.065**	**1.065**
Depreciação acumulada			
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(613)	(571)
Total depreciação		**(613)**	**(571)**
Total liquido		**452**	**494**

11.2. Movimentação do custo

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2014	Adições	Baixas	31/12/2013
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial	4% a.a.	1.065			1.065
Total custo		**1.065**			**1.065**
Depreciação acumulada					
Rede Mista Esgoto e Água Pluvial		(613)	(42)		(571)
Total depreciação		**(613)**	**(42)**		**(571)**
Total liquido		**452**	**(42)**	**-**	**494**

12. Fornecedores e Empreiteiros

As obrigações com fornecedores estão relacionadas a gastos com serviços e materiais necessários à execução dos projetos da Companhia. Em 31 de dezembro os saldos estão assim demonstrados:

	31/12/2014	31/12/2013
Fornecedor	2.467	1.938
Empreiteiro	2.190	2.819
Total	4.657	4.757

(i) Empresas especializadas na execução de obras na área de saneamento.

13. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2014			31/12/2013		
	Circul.	Não Circ.	Total	Circul.	Não Circ.	Total
Em moeda nacional						
BDMG - Novo Soma	1.270	2.748	4.018	1.251	3.882	5.133
BDMG - Soma	467	4.900	5.367	0	4855	4.855
BDMG - 181638	0	13.173	13.173	0	0	0
CEF - Prosanear	82	2.408	2.490	72	2.392	2.464
CEF - Prosaneamento	572	0	572	702	524	1.226
CEF - Adutora	2.488	454	2.942	2.378	3.021	5.399
CEF - Ampliação ETA	122	2.719	2.841	114	2.812	2.926
BNDES	1.049	6.094	7.143	388	3.655	4.043
Total	**6.050**	**32.496**	**38.546**	**4.905**	**21.141**	**26.046**

Em moeda nacional	Encargos anuais	Período inicial	Vencimento Final	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos em obras					
BDMG - Novo Soma	8% + IGP-M	02/11/2005	02/11/2017	4.018	5.133
BDMG - Soma	8% + IPCA	16/09/2011	16/09/2026	5.367	4.855
BDMG - 181638	7% + IPCA	20/04/2016	20/03/2024	13.173	-
CEF - Prosanear	6% + IGP-DI	20/12/1990	20/11/2029	2.490	2.464
CEF - Prosaneamento	6,5% + FGTS	02/03/2002	06/03/2017	572	1.226
CEF - Adutora	8% + FGTS	28/06/2004	28/06/2016	2.943	5.399
CEF - Ampliação ETA	6% + FGTS	28/12/2007	28/12/2030	2.841	2.926
BNDES - Adutora	1,92% + TJLP	29/10/2012	12/11/2021	7.142	4.043
				38.546	**26.046**

As garantias dos empréstimos e encargos é a arrecadação proveniente do pagamento das tarifas de água e esgoto.

14. Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher estão assim demonstrados:

	31/12/2014	31/12/2013
INSS	1100	866
IRRF	392	342
FGTS	317	298
PASEP	136	160
COFINS	628	736
SENAI	5	10
ISSQN	0	44
Convênio SESI	39	36
Convênio SENAI	26	24
Retenção Contribuição Lei 10.833	0	7
IRPJ	65	65
CSLL	99	99
Total	**2.807**	**2.687**

15. Outros passivos

A Conta outros débitos em 31 de dezembro, estão assim demonstrados:

	31/12/2014	31/12/2013
Ordenados e Salários	554	19
SENAI treinamento	-	66
SESI Assistência Social	-	46
Previdência Privada	-	-
Cauções de terceiros	146	145
Valores a restituir usuários	1.486	1.115
Retenções P/responsabilidade solidaria	21	
PLR	-	398
Consignados	116	-
Outros Valores exigíveis	616	494
	2.938	**2.284**

16. Obrigações por Concessão de Uso

A Conta outras obrigações em 31 de dezembro, estão assim demonstrados em mil Reais:

	31/12/2014	31/12/2013
Concessão de Uso (a)	1.985	1.985
	1.985	**1.985**

(a) A conta concessão de uso corresponde a contratos de cessão realizados entre a companhia e outros órgãos públicos, onde a CESAMA ocupa áreas cedidas por órgãos públicos sem ônus, apenas os custos de manutenção são custeados pela CESAMA.

17. Provisão para contingências

17.1 Processos com probabilidade de perda provável

A Companhia figura como parte em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, os quais incluem processos de natureza cível, trabalhista e tributária.

A CESAMA mantém provisão contábil julgada suficiente de acordo com a posição dos assessores jurídicos para fazer face a questões trabalhistas e cíveis nas quais a Companhia é ré. Essas provisões estão apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, da seguinte forma:

	Dépositos Judiciais		Provisões para contingências	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cível (a)	305	274	2.712	2.023
Trabalhista (b)	255	319	565	565
	560	**593**	**3.277**	**2.588**

Os detalhes sobre as provisões constituídas são como segue:

(a) A provisão cível refere-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.

(b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

17.2 Processos com probabilidade de perda possível

A Companhia discute outras ações para as quais tem expectativa de desfecho favorável. Para essas ações, não foi constituída provisão para fazer face a eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa.

Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia é parte passiva, em 31 de dezembro de 2014, R$ 31.480.

Os detalhes sobre os processos com probabilidade de perda possível, são os seguintes:

(a) Os processos cíveis referem-se a processos movidos por terceiros contra a Companhia decorrentes de demandas relacionadas a danos materiais e morais, desapropriações, pedidos de reembolsos em relação à prestação de serviços da Companhia e à cobrança de serviços etc.

(b) As reclamações trabalhistas referem-se basicamente a questionamentos proferidos por ex-empregados e empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços (responsabilidade solidária), pleiteando equiparação, diferenças salariais, adicional noturno, intervalo intra-jornadas, horas extras e outras verbas trabalhistas.

18. Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina plano de pensão para seus funcionários, o qual inclui planos de contribuição definida, administrados pela BRADESCO MULTIPENSIONS, entidade fechada de previdência complementar.

18.1 Plano de Contribuição Definida

São planos de benefícios pós-emprego pelos quais uma entidade empregadora/patrocinadora paga contribuições fixadas a uma entidade separada (um fundo) e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não detiver ativos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relativos ao serviço dos empregados no período corrente e em períodos anteriores; ou seja, a obrigação legal ou construtiva da entidade empregadora/patrocinadora é limitada à quantia que ela aceita contribuir para o fundo; em consequência, o risco atuarial (que os benefícios serão inferiores aos esperados) e o risco de investimento (que os ativos investidos serão insuficientes para satisfazer os benefícios esperados) recaem sobre o empregado.

19. Instrumentos financeiros

a. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos a pagar, contas a pagar e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui empréstimos e outros créditos, contas a receber de clientes e outras contas a receber à vista e a curto prazo, que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

(i) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros e risco cambial. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar e depósitos.

Risco de taxa de juros

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos.

A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos nas taxas de juros que afetam as dívidas da Companhia.

Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, consequentemente, as despesas financeiras. A Companhia não mantém operações de "hedge" ou "swap" para se proteger desse risco.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Parte substancial das vendas é pulverizada entre um grande número de clientes. No caso desses clientes, o risco de crédito é mínimo devido à pulverização da carteira e aos procedimentos de controle, que monitoram esse risco. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para eventuais perdas na sua realização.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente.

(iii) Risco de liquidez

A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras dos governos estaduais e federais, e financiamentos nos mercados internacionais e locais. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispõe de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. Os financiamentos em moeda estrangeira destinam-se a obras de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e coleta e tratamento de esgoto. A CESAMA não realizou operações de proteção cambial para esses financiamentos.

b. Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

20. Partes relacionadas

20.1 Prefeitura Municipal de Juiz de Fora

A Companhia é controlada diretamente pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora com 99,99% das ações e de forma indireta através do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DEMLURB com 0,01% de ações, totalizando 100% das suas ações.

O detalhamento do saldo de contas a receber de órgãos públicos e os valores faturados no exercício de 2014 estão demonstrados na nota 5.1.

20.2 Remuneração dos empregados e administradores

As operações com empresas associadas decorrem de fornecimentos mútuos para financiamentos necessários a suas atividades.

As operações com empresas associadas, relacionadas à atividade operacional da Companhia, foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes e seus saldos patrimoniais podem ser assim demonstrados:

Companhia de Saneamento Municipal	31/12/2014	31/12/2013
Ativo circulante		
Contas a receber	2.309	2.007
	2.309	2.007
Ativo não circulante		
Imobilizado - Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985
Total ativo	**4.294**	**3.992**
Passivo circulante		
Cessão de uso (a)	1.985	1.985
	1.985	1.985
Total passivo	**1.985**	**1.985**

(a) Os montantes de cessão de uso são referentes a imóveis utilizados pelas partes relacionadas, onde a Prefeitura utiliza o imóvel da CESAMA localizado na Av. Independência lojas 992 e 994 e em contra partida a prefeitura cede o imóvel localizado na Avenida Getúlio Vargas nº 1001 e 8º andar do Edifício Adhemar Resende de Andrade situado a Avenida Rio Branco 1843.

20.3 Operações com pessoal-chave da administração

Os diretores que pertencem ao quadro de empregados possuem os mesmos benefícios dos demais empregados da CESAMA.
A Cesama adota política de remunerações variáveis a seus diretores e pessoal chave que em 2014, conforme condições previstas nos respectivos contratos determinaram provisão no montante de R$ 784 e em 2013 o valor de R$ 750 reconhecidos em rubrica própria.

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2014, é de R$ 61.000, representado por 61.000.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada.

Acionistas	Quantidade de ações	%
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora	60.994	99,99%
DEMLURB	6	0,01%
	61.000	**100,00%**

21.2 Reserva Capital

O saldo da conta Reserva Capital não sofreu qualquer alteração em 2014, permanencendo o valor de R$ 1.416.

21.3 Reserva Legal

A reserva legal tem sido constituída em conformidade com o art 193 da Lei n° 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo registrado é de R$ 5.665.

21.4 Reserva Para Plano de Investimentos

A Reserva para Plano de Investimentos tem sido constituída sobre o saldo remanescente de Lucro Acumulados depois das devidas destinações Legais e Estatutária. Em 31 de dezembro de 2014 o saldo registrado é de R$ 70.998.

21.5 Reserva de Incentivos Fiscais

A reserva de incentivos fiscais tem sido constituída dos repasses governamentais e do IRPJ suspenso que em 2014 foram respectivamente em R$ 539 e R$ 5.893, com saldo registrado de R$ 19.293.

21.6 Dividendos

Os juros a pagar a acionistas, calculados nos termos da Lei nº 9.249/95, foram registrados no resultado do exercício, na rubrica "despesas finananceiras", conforme determina a legislação fiscal. Para fins de publicação das demonstrações financeiras, os juros sobre capital próprio estão apresentados a débito de lucros acumulados.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 6% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei e de seu Estatuto Social, podendo a ele ser imputado, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia para todos os efeitos legais nos termos da Lei n° 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e regulamentação posterior.

Para atender a essa disposição estatutária, a administração entende que os juros sobre capital próprio propostos cobrem o montante requerido, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014
Lucro Líquido	20.502
Ajuste de Exercicio Anteriores	-
IRPJ Supenso	(5.893)
JSCP	-
Lucro após IRPJ Suspenso	14.609
Reserva Legal (5%)	(730)
Reserva Incentivos Fiscais	(539)
Base de Cálculo dos Dividendos	13.340
Dividendos	(800)

21.7 Ajuste de Exercícios Anteriores

No exercício de 2014, as operações relativas aos fatos que afetaram resultados de exercícios anteriores foram transferidas para o Patrimônio (Lucros e Prejuízos Acumulados), no montante de Quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta em nove centavos, advindo da diferença de débitos e créditos das contas bancarias da companhia, apurado nas conciliações 2008 a 2010. Devido a irrelevância do valor, as demonstrações financeiras não foram reapresentadas de acordo com a NBC TG 23 (R1) – POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.

22. Receita operacional líquida

A receita bruta da companhia é decorrente de dois segmentos de negócios, do serviço de abastecimento de água potável e o esgoto sanitário, que estão distribuídos a saber:

	31/12/2014	31/12/2013
Serviços de Água		
Tarifa de Água	75.231	70.487
Ligações	933	1049
Cortes e Sanções	222	263
Amplicações Redes	338	513
Outros Serviços Tecnicos	70	56
	76.794	**72.368**
Serviços de Esgoto		
Tarifa de Esgoto	64.405	60.379
Ligações	388	431
Cortes e Sanções	0	0
Amplicações Redes	748	640
Outros Serviços	62	57
	65.603	**61.507**
Receita Bruta	**142.397**	**133.875**
Cancelamentos	(2.511)	(1.618)
Pis sobre faturamento	(1.750)	(1.679)
Cofins sobre faturamento	(8.059)	(7.734)
Receita Líquida	**130.077**	**122.844**

23. Custo dos serviços prestados

Os custos incorridos com a prestação de serviços de água e esgoto podem ser assim demonstrados:

	31/12/2014	31/12/2013
Custos dos Sistemas		
Sistema de Água		
Pessoal	14.509	11.922
Material e Insumos	6.081	6.263
Serviços de Terceiros	9.194	7.804
Despesas Gerais	10.723	8.386
Depreciações e Amortizações	2.991	2.876
	43.498	**37.251**
Sistema de Esgoto		
Pessoal	6.653	7.334
Material e Insumos	2.139	1.914
Serviços de Terceiros	2.327	2.807
Despesas Gerais	744	570
Depreciações e Amortizações	2.561	2.235
	14.424	**14.860**
Total dos Custos do Sistema	**57.922**	**52.111**

24. Despesas gerais e administrativas

As despesas Gerais e Administrativas estão demonstradas como segue:

	31/12/2014	31/12/2013
Administrativas		
Pessoal	38.540	36.899
Materiais e Insumos	921	658
Serviços de Terceiros	4.389	3.825
Depreciações	1.446	1.529
Provisão / Reversão P/Crédito de líquidez Duvidosa	586	1.024
Provisão P/Contingência	688	438
Amortização de Despesas	286	1
	46.856	44.374
Gerais	2.377	2.136
Total	49.233	46.510

25. Imposto de renda e contribuição social

25.1 Imposto de renda

A Companhia impetrou Ação Ordinária obtendo liminar favorável a suspensão da obrigatoriedade do recolhimento do IRPJ, alegando condição de empresa pública municipal responsável pela distribuição, coleta, tratamento de água potável e esgoto, devendo ser protegida pela imunidade tributária prevista no art.150, inciso Vl, alínea "a", da Constituição Federal de 1988. Em maio de 2010 foi deferida Tutela Antecipada pela Juíza Federal Titular da 3º Vara de Juiz de Fora a favor da Companhia. Neste sentido, a CESAMA não contabilizou e não recolheu o IRPJ devido a partir do mês de maio de 2010 até o encerramento do exercício. Desde 2012 os valores correspondende ao IRPJ estão sendo transferidos para a conta Reserva de Incentivos Fiscais que em 2014 foi de R$ 5.893.

25.2 Contribuição social

O valor registrado como despesa de Contribuição Social nas Demonstrações financeiras está calculado conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro Antes dos Impostos e Contribuições	23.115	21.567
Adições		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	586	1.000
Provisão para contingências	688	438
Patrocínio	5	5
Outras Adições	69	38
	1.348	**1.481**
Exclusões		
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	-	-
Receita de Subvenções	539	129
Perda do Período	-	-
Juros sobre capital próprio	-	2.721
	539	**2.850**
Base de Cálculo	23.924	20.198
Aliquota - 9%	2.153	1.818
	2.153	**1.818**

26. Seguros

A Companhia não mantém contratos de seguros para coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multirriscos sobre seus ativos e responsabilidades, há apenas contratos de seguros para seus veículos, incorrendo em coberturas de eventuais perdas decorrentes de incêndios e outros multi-riscos para os demais ativos e responsabilidades.

Não ocorreram durante o exercício perdas significativas decorrentes dos riscos acima mencionados.

27. Outros Assuntos

Foi publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2013 a Medida Provisória nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e que dispõe sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior por pessoa jurídica e física residente ou domiciliada no Brasil, mencionada MP foi convertida em Lei nº 12.973/2014.

A Lei nº 12.973/2014 teve como principal objetivo a adequação da legislação tributária à legislação societária e, assim estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e, consequentemente, extinguindo o RTT.

Além disso, trouxe as convergências necessárias para a apuração da base de cálculo da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, especificamente para apuração pelo Lucro Real pelo regime não cumulativo.

* * * * *

Companhia de Saneamento Municipal – CESAMA

André Borges de Souza
Diretor Presidente

Eleutério Paschoalino Costa
Diretor Financeiro e Administrativo

Márcio Augusto Pessoa Azevedo
Diretor Técnico Operacional

Marcelo Mello do Amaral
Diretor de Desenvolvimento e Expansão

Robson Dutra Ferreira
Contador
CRC-MG 070057